



**AUTOGRAFO DE LEI DE Nº 839 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024.**

Dispõe, no âmbito da Câmara Municipal de Banabuiú, acerca da concessão de reajuste de 6,51% aos servidores que percebem um salário mínimo.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, e nos art. 7º, inciso IV e X e art. 51, inciso IV da Constituição Federal de 1988, apresenta para apreciação do plenário, e, posterior sancionamento do Prefeito de Banabuiú-CE, o presente projeto de lei:

**Art. 1º** Fica concedido reajuste de 6,51% (seis inteiros e cinquenta e décimos de milésimo), a incidir sobre a remuneração dos que percebem um salário mínimo nacional, perfazendo assim o valor de R\$ 1.412,00 (um mil quatrocentos e doze reais), em decorrência da atualização de valores do salário mínimo vigente.

**Art. 2º** Os recursos financeiros necessários correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a primeiro de janeiro de 2024.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Banabuiú/CE, aos 21 de Fevereiro de 2024.

  
Helton Rodrigues Nunes  
1º Secretário

  
Francisco Romário de Lima  
Presidente da Câmara Municipal de Banabuiú/CE

Biênio 2023/2024

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Ceará no dia 26/02/2024 Edição 3405  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
[www.diariomunicipal.com.br/aprece/](http://www.diariomunicipal.com.br/aprece/)  
Cód. Identificador EF4E5727





Câmara Municipal de  
**Banabuiú**

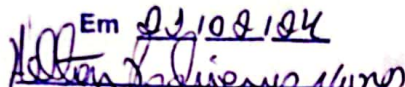
"A voz da sociedade."

**Lido**

**PROJETO DE LEI Nº 001/2024**

Em: 07/02/24

Câmara Municipal de Banabuiú  
**APROVADO**

Em 07/02/24  
  
Secretário(a)

Dispõe, no âmbito da Câmara Municipal de Banabuiú, acerca da concessão de reajuste de 6,51% aos servidores que percebem um salário mínimo.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, e nos art. 7º, inciso IV e X e art. 51, inciso IV da Constituição Federal de 1988, apresenta para apreciação do plenário, e, posterior sancionamento do Prefeito de Banabuiú-CE, o presente projeto de lei:

**Art. 1º** Fica concedido reajuste de 6,51% (seis inteiros e cinquenta e um décimos de milésimo), a incidir sobre a remuneração dos que percebem um salário mínimo nacional, perfazendo assim o valor de R\$ 1.412,00 (um mil quatrocentos e doze reais), em decorrência da atualização de valores do salário mínimo vigente.

**Art. 2º** Os recursos financeiros necessários correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a primeiro de janeiro de 2024.

Sala da Câmara Municipal de Banabuiú-CE, 06 de fevereiro de 2024.

  
**Francisco Romário de Lima**  
Presidente

  
**Emerson Gonçalves Parente**  
Vice-Presidente



Câmara Municipal de  
**Banabuiú**

"A voz da sociedade."

**PROJETO DE LEI Nº 001/2024**

*Maria de Fatima Silveira da Silva*  
**Maria de Fatima Silveira da Silva**

**2º Vice-Presidente**

*Helton Rodrigues Nunes*  
**Helton Rodrigues Nunes**

**1º Secretário**

*Samara Dayne Lemos*  
**Samara Dayne Lemos**

**2º Secretário**

Sala da Câmara Municipal de Banabuiú, 15 de março de 2024.

*Helton Rodrigues Nunes*

**Presidente**

*Samara Dayne Lemos*

**Vice-Presidente**

*Maria de Fatima Silveira da Silva*  
**Maria de Fatima Silveira da Silva**

**2º Vice-Presidente**

*Helton Rodrigues Nunes*

**1º Secretário**

*Samara Dayne Lemos*

**2º Secretário**





### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei que versa sobre o reajuste de vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro próprio do Poder Legislativo que especifica, visando assegurar equiparação ao salário mínimo nacional vigente.

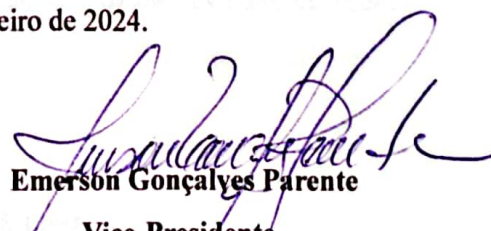
As adequações se fazem necessárias diante do reajuste aplicado ao salário mínimo nacional a partir de 1º de fevereiro de 2024, assim, temos que integrar a diferença necessária à manutenção do salário mínimo nacional aos servidores ocupantes dos cargos que percebem vencimentos na faixa do salário mínimo nacional.


Tal reajuste visa assegurar que nenhum servidor esteja recebendo abaixo do valor fixado como o salário mínimo nacional, a fim de valorizarmos o funcionalismo público e assegurarmos os direitos sociais previstos no artigo 7º, IV, da Constituição da República.

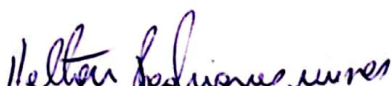
Assim, encaminhamos o presente Projeto de Lei, solicitando que seja o mesmo aprovado pelos nobres representantes do Povo de Banabuiú.

Sala da Câmara Municipal de Banabuiú-CE, 06 de fevereiro de 2024.

  
**Francisco Romário de Lima**  
Presidente

  
**Emerson Gonçalves Parente**  
Vice-Presidente

  
**Maria de Fatima Silveira da Silva**  
2º Vice-Presidente

  
**Helton Rodrigues Nunes**  
1º Secretário

  
**Samara Dayne Lemos**  
2º Secretário



Câmara Municipal de  
**Banabuiú**

"A voz da sociedade."

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/2024**

**AUTORIA: MESA DIRETORA**

**A Assessoria de Plenário**


Apresentado(a) em Plenário e Lido em sessão de 07.02.2024. Encaminhe-se, para análise e emissão de parecer(es), à(s) Comissão(ões) de:


1. **Justiça e Redação**
2. **Finanças e Orçamento**

Banabuiú-CE, 07 de Fevereiro de 2024.

  
**FRANCISCO ROMÁRIO DE LIMA**

**PRESIDENTE**

*Recebido  
em 07/02/2024*  


*Recebido  
07.02.2024*  






Câmara Municipal de  
**Banabuiú**

"A voz da sociedade."

**Lido**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

**PARECER Nº 002/2024**

Em: 22/02/24

*[Assinatura]*  
Secretário(a)

Câmara Municipal  
de Banabuiú

**APROVADO  
PARECER**

Em: 22/02/24  
*[Assinatura]*  
Secretário(a)

Ata da reunião realizada no dia 20.02.2024, às 10:00 horas, na sala de reuniões do Gabinete da Presidência para análise e parecer da Comissão de FINANÇAS E ORÇAMENTO ao

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/2024. DISPÕE SOBRE: DISPÕE, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, ACERCA DA CONCESSÃO DE REAJUSTE DE 6,51% AOS SERVIDORES QUE PERCEBEM UM SALÁRIO-MÍNIMO.**

**RELATÓRIO:**

O Projeto de LEI DO LEGISLATIVO nº 001/2024 apresentado pela Mesa Diretora, na data do dia 06.02.2024 e lido em plenário na sessão ordinária do dia 07 de Fevereiro de 2024, sendo posteriormente encaminhado a esta Comissão de FINANÇAS E ORÇAMENTO para análise e parecer.

O Texto Legislativo objetiva submeter à apreciação dos senhores vereadores o Projeto de LEI DO LEGISLATIVO que **DISPÕE SOBRE: DISPÕE, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, ACERCA DA CONCESSÃO DE REAJUSTE DE 6,51% AOS SERVIDORES QUE PERCEBEM UM SALÁRIO-MÍNIMO.**

**PARECER DO RELATOR:**

Primeiramente é pertinente esclarecermos que é dessa Comissão a competência de análise do projeto de LEI DO LEGISLATIVO apresentado, eis que originariamente lhe fora atribuída essa função, conforme preconiza o artigo 49, II do Regimento Interno desta casa legislativa.

Em análise ao Projeto de LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/2024, de iniciativa do legislativo, que **DISPÕE SOBRE: DISPÕE, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, ACERCA DA CONCESSÃO DE REAJUSTE DE 6,51% AOS SERVIDORES QUE PERCEBEM UM SALÁRIO-MÍNIMO.**





Feitas estas considerações sobre a competência e iniciativa, esta comissão vota pela aprovação do projeto, corroborando a regularidade formal do projeto de lei em comento. Assim, encontra-se apto para tramitação nesta Casa de Leis.

**CONCLUSÃO DA COMISSÃO:**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, amparado pelo o artigo 49, II do Regimento Interno desta casa diante dos aspectos que cumpre a esta Comissão de FINANÇAS E ORÇAMENTO, constatamos a inexistência de óbices à aprovação do Projeto de LEI DO LEGISLATIVO nº 001/2024, haja vista que os preceitos legais e regimentais foram observados, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

  
**Relator: DANIEL BANDEIRA LIMA**

Voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 001/2024

  
**Membro: MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA DA SILVA**

Pelas *conclusões* do relator

  
**Presidente: SAMARA DAYNE LEMOS**

Pelas *conclusões* do relator

**VOTOS DIVERGENTES:** nenhum.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVO DA DIVERGÊNCIA:** nenhuma

**FAVORÁVEIS OS VEREADORES:** 03

**FAVORÁVEIS COM RESTRIÇÃO OS VEREADORES:** nenhum

**CONTRÁRIOS OS VEREADORES:** nenhum

**EMENTA DO PARECER:** Pela aprovação do Projeto de LEI DO LEGISLATIVO nº 001/2024, por unanimidade de votos.

Câmara de Vereadores de Banabuiú-CE, em 20 de Fevereiro de 2024.





Câmara Municipal de  
**Banabuiú**

"A voz da sociedade."

Câmara Municipal  
de Banabuiú

APROVADO  
PARECER

Em 03/03/2024

*[Assinatura]*  
Secretário(a)

Lido

Em: 01/03/2024

*[Assinatura]*  
Secretário(a)

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PARECER Nº 003/2024

Ata da reunião realizada no dia 20.02.2024, às 11:00 horas, na sala de reuniões do Gabinete da Presidência para análise e parecer da Comissão de Justiça e Redação ao

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/2024- DISPÕE SOBRE: DISPÕE, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, ACERCA DA CONCESSÃO DE REAJUSTE DE 6,51% AOS SERVIDORES QUE PERCEBEM UM SALÁRIO-MÍNIMO.**

### RELATÓRIO:

O Projeto de LEI DO LEGISLATIVO nº 001/2024 apresentado pela Mesa Diretora, na data do dia 06.02.2024 e lido em plenário na sessão ordinária do dia 07 de fevereiro de 2024, sendo posteriormente encaminhado a esta Comissão de Justiça e Redação para análise e parecer.

O Texto Legislativo objetiva submeter à apreciação dos senhores vereadores o Projeto de LEI DO LEGISLATIVO que dispõe sobre: **DISPÕE, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, ACERCA DA CONCESSÃO DE REAJUSTE DE 6,51% AOS SERVIDORES QUE PERCEBEM UM SALÁRIO-MÍNIMO.**

### **PARECER DO RELATOR:**

Primeiramente é pertinente esclarecermos que é dessa Comissão a competência de análise do projeto de LEI DO LEGISLATIVO apresentado, eis que originariamente lhe fora atribuída essa função, conforme preconiza o artigo 49, I do Regimento Interno desta casa legislativa.

Em análise ao Projeto de LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/2024, de iniciativa do Legislativo, que dispõe sobre **DISPÕE, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, ACERCA DA CONCESSÃO DE REAJUSTE DE 6,51% AOS SERVIDORES QUE PERCEBEM UM SALÁRIO-MÍNIMO.**


Feitas estas considerações sobre a competência e iniciativa, esta comissão vota pela aprovação do projeto, corroborando a regularidade formal do LEI DO LEGISLATIVO em comento. Assim, encontra-se apto para tramitação nesta Casa de Leis.



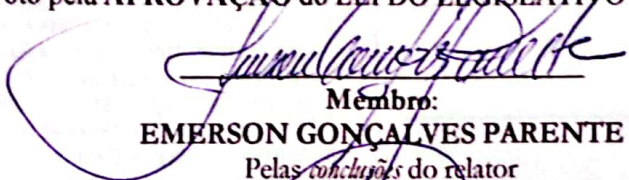


**CONCLUSÃO DA COMISSÃO:**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, amparado pelo artigo 49, I do Regimento Interno desta casa diante dos aspectos que cumpre a esta Comissão de Justiça e Redação, constatamos a inexistência de óbices à aprovação do Projeto de LEI DO LEGISLATIVO nº 001/2024, haja vista que os preceitos legais e regimentais foram observados, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

  
**Relator: HELTON RODRIGUES NUNES**

Voto pela **APROVAÇÃO** do LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/2024

  
**Membro: EMERSON GONÇALVES PARENTE**

Pelas *conclusões* do relator

  
**Presidente: DANIEL BANDEIRA LIMA**

Pelas *conclusões* do relator

**VOTOS DIVERGENTES:** nenhum.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVO DA DIVERGÊNCIA:** nenhuma

**FAVORÁVEIS OS VEREADORES:** 03

**FAVORÁVEIS COM RESTRIÇÃO OS VEREADORES:** nenhum

**CONTRÁRIOS OS VEREADORES:** nenhum

**EMENTA DO PARECER:** Pela aprovação do Projeto de LEI DO Legislativo nº 001/2024, por unanimidade de votos.

Câmara de Vereadores de Banabuiú-CE, em 20 de fevereiro de 2024.



A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Banabuiú, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, aprova e promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Banabuiú-CE, o Balcão Permanente de atendimento à pessoa com deficiência e idoso, para orientar e pleitear direitos estabelecidos nas Leis federais 13.146 e 10.741, e Lei Estadual nº 12.568/96, alterada pelas Leis nº 16.050 de 28/06/2016 e nº 16.362 de 11/10/2017 e, regulamentada pelo Decreto nº 32.137/2017.

**Art. 2º** O Objetivo da presente resolução é oferecer na Câmara municipal um Balcão Permanente voltado para facilitar o atendimento e orientar à pessoa com deficiência e idoso, em situação de vulnerabilidade social, sobre a busca dos serviços públicos básicos e os benefícios governamentais a que tenham direito.

**Art. 3º** Fica estabelecido que demais programas voltados a pessoa com deficiência e idoso também poderão ser atendidos no mesmo Balcão Permanente criado por esta Resolução.

**Art. 4º** Para os efeitos desta Resolução, com base na pertinente legislação citada no Art. desta Resolução, e que já regem a matéria, consideram-se:

Pessoa com deficiência a que possui limitação ou incapacidade para desempenho de atividade e se enquadra nas considerações da convenção internacional da pessoa com deficiência e da Lei Federal nº 13.146/2015 – LBI, podendo essa limitação ou incapacidade estar classificada nas seguintes categorias:

a) Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplesia, triparresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação de membros, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para desempenho.

b) Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz;

c) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor a 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidade adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos serviços da comunidade; saúde e segurança; habilidade acadêmicas lazer e trabalho.

II – Deficiência Múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

III – Pessoa Hemofílica que possui limitações de controlar a circulação do sangue.

IV – Pessoa comprovadamente carente: aqueles que comprovem renda familiar mensal inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo, nos termos da Legislação pertinente.

V - Pessoa idosa: com idade igual ou superior a 60 anos.

**Art. 5º** O Balcão Permanente de atendimento a pessoa com deficiência e idoso funcionará em espaço indicado pela Presidência da Câmara Municipal de Banabuiú.

**Art. 6º** A Câmara Municipal buscará parceiras com o Executivo Municipal, por meio de seus órgãos, bem como, com outras instituições governamentais e/ou filantrópicas, com o objetivo de contribuir com causa das pessoas alcançadas por esta norma.

**Art. 7º** As funções administrativas e de atendimento no Balcão Permanente serão desenvolvidas pelos servidores que já integram os quadros desta Casa Legislativa.

**Art. 8º** Para atender quaisquer despesas decorrentes desta Resolução serão usados recursos próprios do orçamento vigente.

**Art. 9º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Câmara Municipal de Banabuiú-CE, 21 de fevereiro de 2024.

**FRANCISCO ROMÁRIO DE LIMA**

Presidente

**EMERSON GONÇALVES PARENTE**

Vice-Presidente

**MARIA DE FATIMA SILVEIRA DA SILVA**

2º Vice-Presidente

**HELTON RODRIGUES NUNES**

1º Secretário

**SAMARA DAYNE LEMOS**

2º Secretário

Publicado por:

Livia de Oliveira

Código Identificador:0FE1F376

**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**  
**AUTOGRAFO DE LEI DE Nº 839 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024.**

**AUTOGRAFO DE LEI DE Nº 839 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024.**

Dispõe, no âmbito da Câmara Municipal de Banabuiú, acerca da concessão de reajuste de 6,51% aos servidores que percebem um salário mínimo.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, e nos art. 7º, inciso IV e X e art. 51, inciso IV da Constituição Federal de 1988, apresenta para apreciação do plenário, e, posterior sancionamento do Prefeito de Banabuiú-CE, o presente projeto de lei:

**Art. 1º** Fica concedido reajuste de 6,51% (seis inteiros e cinquenta e décimos de milésimo), a incidir sobre a remuneração dos que percebem um salário mínimo nacional, perfazendo assim o valor de R\$ 1.412,00 (um mil quatrocentos e doze reais), em decorrência da atualização de valores do salário mínimo vigente.

**Art. 2º** Os recursos financeiros necessários correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a primeiro de janeiro de 2024.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Banabuiú/CE, aos 21 de Fevereiro de 2024.

**HELTON RODRIGUES NUNES**

1º Secretário

Francisco Romário de Lima

Presidente da Câmara Municipal de Banabuiú/CE

Biênio 2023/2024

Publicado por:

Livia de Oliveira

Código Identificador:EF4E5727

**GABINETE DO PREFEITO**  
**AVISO DE REVOGAÇÃO**

**AVISO DE REVOGAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE BANABUIÚ - ESTADO DO CEARÁ - AVISO DE REVOGAÇÃO.** A Secretaria de Governo, através da secretária Sra. GERLANIA MARIA LEMOS NOBRE, no uso de suas atribuições legais, decide REVOGAR o Processo Administrativo de Nº 00.2022.10.25.01, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº**